



Bruno Filipe Pires

Autarquia retoma visitas «Faro Positivo»

O executivo da Câmara Municipal liderado por Rogério Bacalhau, retomou o ciclo de visitas «Faro Positivo», com o objetivo de dar a conhecer projetos em fase de consolidação no concelho. Depois de um interregno que coincidiu com o período da crise, o programa desta primeira visita abordou o sector empresarial, o turismo e a economia social, na manhã de sexta-feira, 26 de janeiro.

Assim, a comitiva de jornalistas, responsáveis e técnicos da autarquia visitou o renovado Palácio Belmarço; as obras do hotel que subs-

tituirá o Centro Comercial «Atrium» na Rua de Santo António; o novo Lar da Santa Casa da Misericórdia de Faro e a Fábrica «Chorondo & Filhos, Lda».

Imóvel que muito orgulha a capital algarvia, o Palácio Belmarço foi comprado em hasta pública, em 2014, pelo empresário João Rodrigues, por cerca de 455 mil euros. O longo processo de reabilitação, prestes a estar concluído, recuperou vários elementos arquitetónicos originais. Em breve, será a sede das várias empresas do atual presidente do Sporting

Clube Farense, e de alguns parceiros.

O futuro hotel «Atrium» é uma aposta do grupo algarvio Interjumbria. Para já estão a ser feitas demolições parciais na estrutura para dar lugar a uma unidade de quatro estrelas com 104 quartos, piscina na cobertura, zona de restauração, auditórios e ginásio, em plena baixa de Faro.

Pronta a estrear, a Residência Sénior J. R. Candeias Neto é um equipamento com 40 camas, que apenas aguarda luz verde da Segurança Social para abrir

portas, uma resposta social muito necessária, cuja lista de espera já ultrapassa a centena de idosos.

O programa terminou na fábrica de processamento de semente de alfarroba do grupo «A Industrial Farense, Lda», no Areal Gordo, um investimento com tecnologia de ponta que já ultrapassa os 7 milhões de euros. Em breve, esta empresa exportadora encerrará a antiga unidade na cidade, junto ao IPDJ.



Trabalhadores do CHUA em greve a 1 e 2 de fevereiro

A delegação distrital de Faro do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas (STFPSSRA) convocou greve no Centro Hospitalar Universitário do Algarve (CHUA) para os dias 1 e 2 de fevereiro. O protesto é justificado pela «crescente falta de pessoal técnico e auxiliar» que «está a causar sérios problemas nos diversos serviços». O problema, segundo aquela força sindical, é que «os trabalhadores chegaram à exaustão confrontados com escalas de serviço com horas de trabalho suplementar». Em nota enviada à imprensa, aquela força sindical lamenta que «sempre que questionamos a administração (do CHUA) para

o excesso de trabalho suplementar, é-nos dito que há falta de pessoal, nomeadamente auxiliar, e que não tem autorização para contratar mais trabalhadores. Questionámos também, várias vezes, os ministros das Finanças e da Saúde sobre esta situação, para quando novas contratações, sem que obtivéssemos qualquer resposta».

Segundo os números do sindicato, «neste momento calcula-se que, só para a carreira auxiliar de ação médica (Assistentes Operacionais) a falta seja de cerca de 90/100 trabalhadores para que os serviços consigam funcionar normalmente».

Por outro lado, «em várias declarações, o ministro da Saúde garante a contra-

tação de mais médicos e enfermeiros para o Serviço Nacional de Saúde (SNS), sem nunca referir a contratação de pessoal de outras carreiras. Mas, como certamente é do conhecimento geral, no SNS e, por maioria de razão nos hospitais, trabalha-se em equipa da qual fazem parte trabalhadores das carreiras técnicas, administrativos e auxiliares que são imprescindíveis».

Os sindicalistas em luta querem as «35 horas semanais para trabalhadores com contrato individual de trabalho. A criação de dois regimes de contratação nos hospitais EPE veio criar desigualdades que não são admissíveis. Só um Contrato Coletivo de Trabalho poderá

colmatar esta injustiça, consagrando a trabalho igual, salário igual, a mesma carga horária e a mesma possibilidade de progredir na carreira».

Amanhã, dia 2 de fevereiro, os trabalhadores de cada unidade do CHUA deverão concentrar-se no Hospital em Faro, às 15 horas, «para fazermos entrega, ao Conselho de Administração, de documento com as preocupações e reivindicações».



MÁRIO CUSTÓDIO

A Tivoli Hotels & Resorts acaba de apontar Mário Custódio para o cargo de diretor-geral do Tivoli Carvoeiro Algarve Resort, em Lagoa. Com uma experiência de 25 anos no setor da hotelaria, passou por vários grupos portugueses, nomeadamente o Vila Galé e o Pestana.



Juntou-se à Tivoli em junho de 2002, para assumir a direção de Food and Beverage nos Tivoli de Lagos, Portimão e Vilamoura. Realizou ainda um cross-exposure pelos hotéis Minor em Oman, Qatar e Dubai, tendo, depois integrado a direção-geral do Tivoli Palácio de Seteais e do Tivoli Sintra. Em Carvoeiro será responsável pelo primeiro ano completo de atividade (2018) após a renovação profunda da unidade, no valor de 11 milhões de euros, e requalificação como unidade de cinco estrelas.

FRANCISCO SERRA

O CRES Algarve 2020 lançou um novo aviso para financiar investimentos no contexto do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT), prevendo aplicar mais 1,5 milhões de euros em projetos que assegurem a transferência de tecnologias para o tecido empresarial na prossecução de desafios lançados pelo Conselho de Inovação Regional do Algarve (CIRA). A promoção do conhecimento e inovação em turismo, do conhecimento no âmbito das Redes Inteligentes de Energia (Smart Grids) e das Tecnologias da Informação e da Comunicação – projeto Região Inteligente Algarve, são as áreas nucleares do aviso. O prazo limite para a entrega das candidaturas é 26 de abril.



JORGE SEGURO SANCHES

Os deputados Bloco de Esquerda (BE) João Vasconcelos e Jorge Costa solicitaram na Assembleia da República um conjunto de documentos associados à renovação do contrato de prospeção de hidrocarbonetos do consórcio ENI/GALP na Costa Vicentina. No início do ano, o Secretário de Estado da Energia Jorge Seguro Sanches renovou por um ano o contrato, decisão «justificada pelo investimento de cerca de 76 milhões de euros feito nos últimos 10 anos pelo consórcio». Ao Ministério da Economia foram o pedido de prorrogação do prazo de concessão feito pelo concessionário ENI/GALP; os pareceres das autarquias emitidos no âmbito da consulta prévia; o Despacho emitido pelo Secretário de Estado da Energia e a fundamentação do despacho. Ao Ministério do Mar foi pedido o «Relatório do levantamento de ecossistemas marinhos vulneráveis», que deve ter sido entregue pelo consórcio ENI/GALP no quadro da atribuição do Título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo.



CARTÓRIO NOTARIAL A CARGO DA NOTÁRIA MARIA MARGARIDA FRESCO BORLINHA HENRIQUES SITUADO NA RUA CRUZ DE PORTUGAL À PROJECTADA DIOGO MANUEL, BLOCO A, EDIFÍCIO ARADE, LOJA 3 C, EM SILVES

- CERTIFICO, para efeitos de publicação, nos termos do disposto no artigo cem, número um do Código do Notariado, que aos vinte e três de Janeiro de dois mil e dezoito, foi exarada uma escritura de **JUSTIFICAÇÃO**, lavrada a folhas cinquenta e oito e seguintes do Livro de Notas número cento e sessenta e cinco, deste Cartório, que **GERHILD UTE HENDEL SEELMACKER**, casada com Hans Joachim Seelmacker, no regime da separação de bens, natural de Mylau, Alemanha, de nacionalidade alemã e residente em Schwenweg 4, 22417, Hamburg, Alemanha; contribuintes fiscais números 176 663 720 e 177 211 318, declara que é dona e legítima possuidora com exclusão de outrem, do prédio urbano, lote de terreno para construção urbana, sito em Pedregais, freguesia de Alvor, concelho de Portimão, designado por lote número cinquenta e oito, descrito na Conservatória do Registo Predial de Portimão, sob o número, quinhentos e oitenta e um, inscrito a favor, de Nuno Manuel Soares da Rocha e mulher Natércia Maria Raposo Fernandes Soares da Rocha e de António de Almeida Viegas e mulher Aida Seere Jacinta de Almeida Viegas, pela Ap. quarenta e quatro de catorze de Outubro de mil novecentos e noventa e nove, e inscrito na matriz predial urbana, em nome da justificante, sob o **artigo 2707**, com o valor declarado igual ao patrimonial de **59 270,00 Euros**.

- Que a justificante, adquiriu o citado prédio urbano, lote de terreno para construção urbana, por meio de compra verbal nunca a reduzida a escritura, feita aos já referidos, Nuno Manuel Soares da Rocha e mulher Natércia Maria Raposo Fernandes Soares da Rocha, casados no regime da comunhão de adquiridos e residentes na Rua Alexandre Ferreira, primeiro, esquerdo, em Lisboa e a António de Almeida Viegas e mulher Aida Seere Jacinta de Almeida Viegas, casados no regime da comunhão de adquiridos e residentes na Rua Alexandre Herculano, número 105, em Portimão, no ano de mil novecentos e noventa e sete, e em data e mês que não pode precisar.

- Que desde esse ano possui o prédio em nome próprio, utilizando-o e conservando-o, sem a menor oposição de quem quer que seja desde o seu início, posse que sempre exerceu sem interrupção e ostensivamente e com conhecimento de toda a gente, sendo por isso uma posse pacífica, contínua e pública, pelo que adquiriu o citado imóvel por **USUCAPÍO**, não tendo todavia dado o modo de aquisição documentos que lhe permitam fazer prova do seu direito de propriedade para fins de registo.

Está conforme o original.

Silves, vinte e três de Janeiro de dois mil e dezoito.

A Notária,

(Maria Margarida Fresco Borlinha Henriques)